



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 01/2025

Data da Sessão Ordinária

28 de fevereiro de 2025

Início

20:30 horas

Termo

24:00 horas

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo dois, de treze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iriam estar presentes na sessão, com faltas justificadas, os seguintes Deputados Municipais; Vanessa Isabel do Nascimento Almeida; Carla Alexandra Pereira Silvério; Pedro Miguel Pedro Caxias, todos do Partido Socialista e Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU - Coligação Democrática Unitária. Em substituição da Senhora Deputada Municipal Carla Alexandra Pereira Silvério, esteve a Senhora Célia Maria Rodrigues Abreu, e em substituição da Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel Nascimento Almeida, esteve a Senhora Ana Rita Alves Freire Lopes. -----

Para iniciar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, convidou a Senhora Deputada Municipal, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, do Partido Socialista para ocupar o lugar de segunda Secretário da Mesa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carlos José Pancadares Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Luís Manuel Marques Rodrigues, Maria do Rosário Costa Martins, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes, as Senhoras Célia Maria Rodrigues Abreu e Ana Rita Alves Freire Lopes.

Em representação das Juntas de Freguesia, estiveram presentes os Presidentes; - José Manuel Ricardo (Santa Margarida da Coutada, Ana Luísa Cartaxo Manique (Montalvo) e Paulo Gameiro Sena Freitas (Constância). -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pelas Senhoras Vereadoras Maria Helena Soares Roxo e Maria Manuela de Oliveira Arsénio, e pelos Senhores Vereadores, Pedro José Lopes Pereira e Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Esteve ainda presente para prestar esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, Dra. Marisa

Figueiredo, e, Daniel Oliveira, Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, no apoio logístico à Assembleia Municipal, ambos funcionários da Autarquia. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar; Segunda Secretária – Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por fazer um alinhamento dos trabalhos para este período, informando que se encontrava presente na sessão, o Senhor Professor David Justino, com a equipa de trabalho responsável pela elaboração da revisão da Carta Educativa do Concelho de Constância. Tinham sido convidados para fazer a apresentação daquele documento, na abertura do Período Antes da Ordem do Dia. Finda a apresentação, os Senhores Deputados Municipais fariam as questões técnicas, e só técnicas, que entendessem. As questões políticas, seriam apresentadas no ponto da ordem de trabalhos tida para o efeito. Feito o esclarecimento, cumprimentou, em seu nome e da Assembleia Municipal o Senhor Professor David Justino e a sua equipa, dando-lhe a palavra para fazerem a apresentação do documento. -----

No uso da palavra, o Senhor Professor David Justino começou por agradecer o convite, iniciando de imediato com uma breve introdução histórica sobre o mesmo e das linhas mestras orientadoras, informando que a Carta Educativa já tinha sido validada pelo Ministério da Educação. De seguida, deu a palavra à Senhora Doutora Paula Reis, uma das responsáveis pela elaboração do documento. A Senhora Doutora Paula Reis, após cumprimentar todos os presentes, deu início à apresentação bastante pormenorizada da Carta Educativa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra, agradecendo a esclarecedora apresentação e, estando na Assembleia Municipal a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Constância, Educadora de Infância Olga Antunes, deu-lhe a primazia se assim o entendesse, de fazer uma intervenção. -----

A Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Constância, Olga Antunes, agradeceu o gesto, começando por cumprimentar todos os presentes, referindo que, como representante do Agrupamento de Escolas do Concelho, não poderia deixar de estar presente naquela apresentação. Na sua intervenção, pretendia apenas realçar dois pontos:

- O trabalho colaborativo entre os três parceiros (Câmara Municipal, Agrupamento de

Escolas e Universidade Nova - Rede ESCXEL) e, a relevância da Carta Educativa e a sua importância, para o único Agrupamento de Escolas do Concelho de Constância. Terminou a sua intervenção agradecendo toda a colaboração dispensada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se mais alguém pretendia usar da palavra. -----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, agradecendo ao Senhor Professor David Justino e a toda a sua equipa, o trabalho desenvolvido, realçando a colaboração de todos para um único fim; uma educação de excelência no Concelho. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que se tratava de um momento muito importante para o ensino no Concelho, no entanto, observava que alguma informação contida no documento, mesmo sendo recente, já se encontrava desatualizada. Deu como exemplo, o encerramento da fábrica da TUPPERWARE. Compreendia que o documento tinha sido iniciado há algum tempo, e assim sendo, era impossível uma atualização quase diária. -----

Tomou a palavra a Senhora Doutora Paula Reis, para dar uma explicação sobre a metodologia seguida para a elaboração do documento, informando, que os dados tinham sido baseados e atualizados na data da entrega, há cerca de um ano. Informou ainda, que o documento tinha estado e continuava disponível na internet. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária para apresentar a seguinte questão: - Com todas as alterações mais recentes na área da educação, a sua monitorização teria que ser ainda mais apertada. O fluxo diário de migrantes, teria tido certamente consequências em todas as escolas do país. No caso concreto de Constância, sendo um pequeno Concelho, com uma diminuta escala, notar-se-ia ainda mais a diferença. Questionava, que estratégia estava definida para a promoção do sucesso escolar de todos de forma homogénea. -----

Tomou a palavra o Senhor Professor David Justino, começando por responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que a inclusão de migrantes nas escolas era um enorme desafio, nomeadamente, quando alguns vinham de contextos culturais muito diferentes. Era um trabalho muito exigente para as escolas, principalmente para as menos preparadas para enfrentarem a situação. Era um processo em grande aceleração, dando inclusive origem a uma recomposição familiar, surgindo mais alunos nas escolas com línguas e culturas muito diferentes. Aquela era a imprevisibilidade que nenhuma Carta Educativa no imediato poderia dar resposta. Os planos eram linhas orientadoras adaptadas aos desafios

que iam surgindo, com as constantes adaptações. No entanto, mais valia ter um plano desajustado que não ter qualquer plano. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu mais uma vez a presença do Senhor Professor David Justino e da Senhora Doutora Paula Reis, pelo trabalho desenvolvido. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido no período entre o dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. -----

Seguidamente, apresentou a Ata número quatro de treze de setembro de dois mil e vinte e quatro, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. -----

Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção naquele período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por agradecer o empenho na colocação de um computador portátil em cada Bancada, para aquela sessão, tendo em atenção a extensão de alguns documentos em análise, nomeadamente, a Revisão da Carta Educativa, evitando assim, a impressão de algumas resmas de papel. Apelou para que de futuro, a disponibilidade daquele equipamento informático pudesse ser permanente e não ocasional. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para referir que a sua intervenção estava relacionada com a situação da fábrica da TUPPERWARE. No passado dia vinte e um de fevereiro, tinha sido declarada pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, a insolvência daquela unidade. Pretendia saber qual o ponto de situação, uma vez que já tinham sido identificados novos credores, de várias empresas do grupo. -----

Solicitou de novo a palavra a Senhora Deputada Municipal, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha um Voto de Saudação para apresentar, intitulado "8 de Março - Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social". Com a devida autorização passou à leitura do documento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação a votação para aceitação e discussão, sendo este aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções no período da discussão, o Senhor Presidente da Assembleia

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.

Handwritten signature in blue ink.

Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir. **(ANEXO I)** desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha um Voto de Solidariedade e Recomendação para apresentar, referente ao encerramento da Fábrica da TUPPERWARE. -----

Com a devida autorização, a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o “Voto de Solidariedade e Recomendação” a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aceite por unanimidade. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir **(ANEXO II)** desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, antes de responder ao Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, aproveitou a ocasião, para informar os Senhores Deputados Municipais que a informação disponibilizada sobre a situação do incumprimento da AHBVC (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância), no pagamento de uma dívida para com as Ambulâncias Crespo, já estava ultrapassada. -----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, relativa ao processo de encerramento da Fábrica da TUPPERWARE, como era do conhecimento público, a empresa tinha declarado insolvência no início do presente mês de fevereiro. Estavam a decorrer os trinta dias para reclamação dos credores sobre a massa insolvente. Tinha sido feita uma reunião entre o Administrador de insolvência e os trabalhadores da fábrica, tendo sido articulado entre a Diretora dos Recursos Humanos da TUPPERWARE e o IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), dias específicos para os trabalhadores se poderem inscrever no Centro de Emprego, em Abrantes. Uma vasta maioria já estava inscrita, com subsidio de desemprego com efeitos a partir do dia catorze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Por parte da Câmara Municipal de Constância, tinha sido disponibilizado o Advogado que prestava serviço ao Município, para que pudesse prestar os apoios nos esclarecimentos e

4

14

G

dúvidas existentes, sobre os respetivos direitos indemnizatórios a que os trabalhadores tivessem direito. Era necessário deixar que decorressem os trinta dias anteriormente referidos, para que se pudesse avançar com os passos seguintes. Esclareceu ainda, que o grupo de empresários interessados em adquirir a fábrica em Montalvo, ainda não tinham recebido qualquer tipo de resposta por parte dos credores nos Estados Unidos da América. O que lhe tinham transmitido, era que no âmbito do processo de insolvência, iriam avaliar as condições para a venda da fábrica. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para referir que na pretérita Assembleia Municipal de dezembro, tinha sido aprovado um documento, contra a construção do novo açude no Rio Tejo a jusante de Constância. Tinha sido feita uma conferência de imprensa no Município de Constância e, tinha na ideia, que o período de consulta pública estaria a terminar. O que solicitava, era se o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia fazer um ponto de situação sobre o assunto. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU – Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um “Voto de Congratulação e Recomendação” à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, pelo seu 100º aniversário. -----

Feita a sua leitura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o “Voto de Congratulação e Recomendação” a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Não havendo intervenções no período de discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, ficando a constituir (**ANEXO III**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, antes de responder à Senhora Deputada Municipal, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, pretendia fazer um breve esclarecimento sobre o Voto de Recomendação à Câmara Municipal para se associar às comemorações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, através de apoio logístico e financeiro. Lembrou, que o Município tinha feito constar no Orçamento para dois mil e vinte e cinco, uma oferta àquela instituição, de um carro pesado, no valor de trezentos e cinquenta mil euros, financiado a oitenta e cinco por cento pelos fundos comunitários, sendo os restantes quinze por cento, suportados pelo Orçamento Municipal. Assim como, alguns equipamentos de proteção individual, que rondariam os vinte e cinco mil euros. -----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referiu que se tinha realizado uma conferência de imprensa na Câmara Municipal de Constância sobre o assunto do Açude, com a presença de várias entidades. A discussão pública terminaria naquele mesmo dia, e a única informação que tinha, era que existiriam cerca de cem participações naquela discussão pública. No reduzido espaço de tempo para o efeito, considerava um facto histórico, evidenciando uma enorme preocupação das pessoas e das instituições que poderiam vir a ser afetadas. O objetivo daquela e de outras reuniões que se seguiriam, prendiam-se com a preocupação em não deixar morrer o assunto, independentemente da discussão pública terminar naquele dia. Estavam já agendadas mais iniciativas; uma sessão pública com um painel para discussão do assunto, assim como outras ligadas à temática dos rios. Todas aquelas ações contavam com a Protejo, Confraria Ibérica do Tejo e com toda a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que na última Assembleia Municipal, tinha sido apresentada uma Proposta vinda do Executivo, aprovada por unanimidade em ambos os órgãos, contra a construção do Açude. Eram apresentados alguns argumentos, tendo a sua Bancada referido na altura, que o seu sentido de voto e mais sensato seria aquele, pela falta de informações precisas sobre o assunto, assim como, de outros argumentos. De então até ao momento presente, já tinham acontecido algumas iniciativas e tomadas algumas decisões. Assim, os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária, pretendiam trazer para reflexão o seguinte: - Tratando-se de um estudo da Direção Geral da Agricultura relacionado com a falta de água no Rio Tejo, com consequências no desenvolvimento da agricultura, era seu entendimento, que aquele projeto não respondia às necessidades de alguns agricultores (dando para o efeito alguns exemplos). Tendo em atenção os avultados investimentos naquele projeto, viam com grande preocupação o caso de Constância, nomeadamente as questões ambientais, com as enormes intervenções no leito e nas margens do rio. No entanto, até àquele momento, muitas das posições tomadas tinham apenas a ver com as questões ambientais e no impacto que as mesmas teriam para os Municípios de Constância e de Vila Nova da Barquinha, com o desaparecimento da Praia Fluvial ou, o impacto que provocaria no Castelo de Almourol, assim como aos passadiços. O que pretendiam deixar para reflexão, era o seguinte: tendo sido as Câmaras Municipais completamente ignoradas no início do processo, não havendo para com elas nenhuma deferência comparativamente a qualquer comum cidadão, indício forte que o projeto era mesmo para avançar, questionavam: - Não estariam os Municípios, particularmente Constância, a perder uma grande oportunidade para exigir/reivindicar

alguns projetos como contrapartidas, como por exemplo uma ponte. Também era sua opinião, que o impacto negativo que um espelho de água poderia causar, poderia ser minimizado, com a possibilidade de desenvolvimento de novos desportos ligados à água e aos rios. Uma outra questão que colocavam era a seguinte; o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha feito alguns contactos, tomado algumas medidas ou a perspectiva de apresentar algumas alternativas que pudessem tirar partido da situação, caso o processo fosse irreversível. Aquela era a reflexão que pretendiam deixar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que quando tinha sido entrevistado pela Comunicação Social (RTP), tinha mencionado a questão da Ponte. Tinha salientado, que nos estudos a que tinha tido acesso, nunca apareciam as acessibilidades rodoviárias para Constância. Informou, que as Câmaras de Constância e Vila Nova da Barquinha, tinham enviado um ofício ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, questionando qual o ponto de situação da Ponte, uma vez que estava previsto o governo lançar um pacote rodoviário nas próximas semanas e, se naquele pacote, estava ou não prevista alguma solução para Constância/Barquinha. Resposta que ainda não tinham recebido. Estava agendada para março, uma sessão pública. Tinham convidado a Direção Geral da Agricultura para estar presente, tendo esta entidade recusado o convite. Era bem o exemplo da abertura que existia para o diálogo. Aguardava que a consulta pública terminasse, para saber o resultado da mesma, seguindo-se as iniciativas e posições tidas como adequadas. -----

Não havendo mais intervenções para este período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta – Revisão da Carta Educativa - 2024 - 2034 – Para deliberação; -----
3. Declaração LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) reportadas a 31/12/2024 - Para conhecimento; -----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2025 – 1ª Alteração – Para deliberação; -----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração modificativa nº. 1/2025 – Para deliberação; -----

6. Análise, discussão e eventual aprovação do Plano de Emergência de Proteção Civil de Constância – Para deliberação; -----
7. Análise do Relatório de execução do Contrato – Programa 2023, celebrado entre a Associação Centro de Ciência Viva de Constância e a Câmara Municipal – Para conhecimento; -----
8. Análise do Relatório de execução do Contrato – Programa 2024, celebrado entre a Associação Centro de Ciência Viva de Constância e a Câmara Municipal – Para conhecimento; -----
9. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----
10. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Havendo público na sala, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se alguém pretendia intervir. -----

Inscreveram-se para usar da palavra: Senhor Rui Ferreira, de Montalvo; Senhor Álvaro Alves, de Montalvo e o Senhor Arsénio Cristóvão, também de Montalvo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Rui Ferreira. -----

No uso da palavra, o Senhor Rui Ferreira, começou por referir que o assunto estava relacionado com Urbanismo e Resíduos Sólidos Urbanos, começando por referir que pretendia apresentar algumas situações que considerava no mínimo caricatas: - No pretérito dia dezoito de fevereiro, tinha visto dois funcionários municipais a darem início à construção de uma base para contentores de resíduos sólidos urbanos, junto à sua morada. A construção de uma nova moradia, tinha levado a que o contentor lá existente, tivesse sido retirado há alguns meses, transitando de local para local, tendo por último sido colocado junto ao portão de sua casa, dificultando-lhe a visibilidade sempre que precisava entrar ou sair com o carro. A construção daquela base para o referido contentor, inicialmente tinha-o deixado satisfeito. Para seu espanto, passado pouco tempo, aquele trabalho para a construção da referida base, tinha sido desfeita e o contentor regressado para junto do seu portão. No dia seguinte, os funcionários municipais iniciavam a construção “não de uma, nem duas, mas sim de três” rampas de acesso para uma propriedade particular, partindo um lancil que delimitava o acesso a uma habitação. No outro dia, tinham construído nova base para o contentor e o lancil que tinha sido destruído, estava a ser recuperado. Outra situação; - A Rua do Desvio em Montalvo, era uma rua bastante movimentada, dando acesso à EN 3. Com o objetivo de poder haver um

alargamento daquela via, possibilitando uma melhor visibilidade, o proprietário de uma obra em construção naquele local, tinha-se disponibilizado a ceder terreno e oferecer todo o material necessário para a construção de um muro, ficando apenas à responsabilidade do Município a mão de obra. A Câmara Municipal tinha recusado; - O estudo para o ordenamento do trânsito naquela freguesia, tendo em vista o melhoramento e fluidez do trânsito, pelo conhecimento que tinha, estava parado. Para terminar, pretendia deixar uma sugestão relacionada com a circulação e o estacionamento na Freguesia; - Era seu entendimento, que o Município deveria adquirir para demolição, um edifício no gaveto do Largo do Terreiro, com a Rua Annes de Oliveira, por forma a criar melhores condições de trânsito e aumento do estacionamento naquela zona. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Álvaro Alves. -----
No uso da palavra, o Senhor Álvaro Alves começou por referir que pretendia apresentar dois assuntos: - O primeiro, era respeitante ao Estádio Municipal e às crianças da Freguesia de Montalvo que continuavam a entrar no recinto para as atividades desportivas. No caso de algum acidente com aquelas crianças, em quem recaía a responsabilidade. A segunda questão tinha a ver com o Centro Escolar de Montalvo. Tinha um seu familiar (neta) que, frequentemente o questionava do porquê de não terem na escola aparelhos para brincarem e se divertirem. Tinha sido informado por uma pessoa ligada à comissão de pais, que em determinada altura, o Senhor Presidente da Câmara teria dito que a colocação de determinados equipamentos na escola, não fariam muito sentido, pelo facto de nas proximidades existir um jardim público para onde as crianças se poderiam deslocar. Pretendia saber se aquela versão correspondia à verdade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Arsénio Cristóvão. No uso da palavra, o Senhor Arsénio Cristóvão começou por referir que as suas questões estavam relacionadas com a Iluminação Pública e Ginásio Municipal. -----

Tendo o Senhor Arsénio Cristóvão apresentado verbalmente as questões, mas disponibilizando o texto base da sua dissertação, o mesmo não se transcreve, ficando a constituir (**ANEXO IV**) desta Ata e dela faz parte integrante. -----

Não havendo mais questões do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do Senhor Rui Ferreira, referindo que na mesma, tinham sido apresentadas algumas situações factuais, sobre as quais tinha tomado boa nota. Sobre a sugestão apresentada, era apenas uma opinião que respeitava. -----

Quanto às questões apresentadas pelo Senhor Álvaro Alves, mais concretamente a

entrada de crianças no recinto de jogos, referiu que com frequência eram danificadas as fechaduras do recinto de jogos, ou até, saltarem a rede de vedação para entrarem. Não tinha presente o número de vezes que tinham substituído as fechaduras e reparado a vedação, mas tinham sido bastantes. Tomava boa nota do assunto e agradecia o alerta. Quanto ao Centro Escolar de Montalvo e ao facto de não possuir um espaço destinado a Parque Infantil, reconheceu que em tempos (há cerca de três anos), teria feito aquela afirmação da não necessidade daquele investimento, uma vez que existia um Parque Infantil bastante próximo. Tinha a sensibilidade para, com a humildade que o caracterizava reconhecer os seus erros. Como era do conhecimento de muitos, particularmente da Direção do Agrupamento e da Associação de Pais, a Câmara Municipal estava a desenvolver um projeto para a colocação de um Parque Infantil dentro do espaço do Centro Escolar de Montalvo, para que as crianças não tivessem que se deslocar para o Parque Infantil Dr. Luís Soares. -----

Quanto às questões apresentadas pelo Senhor Arsénio Cristóvão, começando pela iluminação pública; tratando-se de questões muito técnicas, numa área que não dominava, solicitou que as fizesse chegar por escrito. Quanto às outras considerações, referiu o seguinte: - No respeitante às insinuações proferidas sobre a saída do Senhor Engenheiro Jorge Heitor, de Chefe de Divisão, esclareceu, que o Processo Disciplinar que lhe tinha sido instaurado, nada teve a ver com a sua saída. O Senhor Engenheiro Jorge Heitor já por diversas vezes tinha pedido para sair da chefia da Divisão. A instauração do Processo Disciplinar tinha acontecido por não existir outra possibilidade que não fosse tomar aquela decisão, salvaguardando as responsabilidades de todas as partes. O Senhor Engenheiro Jorge Heitor, sempre esteve dentro do assunto. Para que não restassem dúvidas, referiu que nada tinha a apontar de negativo ao Senhor Engenheiro Jorge Heitor, tanto como pessoa e como técnico. Bem pelo contrário, muito do conhecimento que tinha sobre obras particulares e públicas, a ele o devia, mostrando-se sempre colaborativo e disponível. Quanto à falta de papel no ginásio; referiu que era uma situação que fugia ao controlo do executivo. Um serviço público que estivesse quinze dias ou um mês, com uma situação daquelas, sem que alguém tivesse a pró-atividade para o resolver, empurrando as culpas de uns para outros, nada mais lhe restava que não fosse abrir um processo de Inquérito, para, do ponto de vista pedagógico, verificar o que se tinha passado em concreto. O Advogado da Câmara tinha ouvido os funcionários do Município envolvidos na linha do assunto, terminando o trabalho com a elaboração das conclusões. Logo que as conclusões lhe chegassem, ficaria espelhado o que é que teria corrido mal na articulação dos serviços e quais as medidas a tomar, no sentido de evitar situações semelhantes no futuro. Quanto à saída de funcionários da Autarquia para outros locais de trabalho; referiu que tinha a sua

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

consciência tranquila, sendo até por vezes acusado por pessoas mais próximas de si, de ser demasiado tolerante em determinadas situações. Também acontecia o contrário, virem funcionários de outros locais para o Município de Constância, dando para o efeito alguns exemplos. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA – REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA – 2024-2034 – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que mediante a apresentação feita pelo Senhor Professor David Justino, e depois das intervenções ocorridas, colocava-se à disposição dos Senhores Deputados para mais alguns esclarecimentos. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 3 – DECLARAÇÃO LCPA (LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO) REPORTADOS A 31/12/2024 – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Município não tinha pagamentos em atraso, tal como constava no documento. Apenas alguns recebimentos por liquidar. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão sobre este assunto. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para referir que tinha uma dúvida que gostava de ver esclarecida; no documento constavam alguns montantes consideráveis, reiteradamente apresentados em cada ano que passava. Questionava se aquelas dívidas não prescreviam. Se sim, ao fim de quanto tempo. -----

Solicitou a palavra, a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar se o valor ainda por liquidar da empresa de celulose CAIMA, não deveria constar naquela lista. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que, tratando-se de questões técnicas, solicitava autorização para passar a palavra à Senhora Doutora Marisa



Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira do Município, para responder às questões apresentadas. -----

Com a devida autorização, no uso da palavra, a Doutora Marisa Figueiredo começou por referir que a prescrição da dívida era um tema juridicamente complexo, dependendo da tipologia da dívida. Há uns anos, a Câmara Municipal tinha feito uma limpeza das dívidas mais antigas. No presente, as dívidas mais antigas, eram respeitantes ao ano de dois mil e treze. Para além disso, poderiam ser dívidas de taxas ou de outras tipologias, cujos prazos de prescrição eram diferentes. Para além do já referido, havia quem defendesse em tese que; para que fosse anulada uma dívida, teria que ser o devedor a reclamar a sua prescrição. Era sua intenção, propor que fosse elaborado um parecer jurídico, dando suporte a futuras anulações. Quanto à situação da CAIMA a “dívida”, contabilisticamente não existia. Ainda não tinha sido faturado aquele montante, logo, não poderia estar refletida na conta, nem constar no documento em análise. A condição para que constasse, ainda não se encontrava satisfeita, por não estar consubstanciada em dívida. -----

Não havendo mais questões, sendo o ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte. -----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOA DE 2025 – 1ª ALTERAÇÃO – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidenta da Câmara Municipal para apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por explicar cada um dos itens propostos. Assim: - Na área dos Recursos Humanos, um lugar a prover para reclassificação de um Assistente Técnico para Técnico Superior; na Gestão e Planeamento Urbanístico, tratava-se da atualização do mapa, havendo um lugar a prover e tendo o Município um em mobilidade. Era a atualização daquele lugar; na Fiscalização, Empreitadas e Obras por Administração direta, dois lugares providos, quatro a prover e um em mobilidade de Assistente Operacional que tinha saído para outra entidade; na área da Ação Social, Saúde, Educação e Ensino, lugares de Assistente Técnico, um para ocupar o lugar de uma pessoa que tinha saído em mobilidade na Secretaria da Escola Luís de Camões de Assistente Operacional para Assistente Técnico, um novo Assistente Técnico a recrutar para a mesma escola, assim como, alguns Assistentes Operacionais sem vínculo definitivo, sendo necessário abrir concurso; na área da Saúde, era necessário colmatar uma aposentação; na Biblioteca Municipal, tratava-se de uma reclassificação de Assistente Técnico em Técnico Superior. Aquelas eram as alterações previstas no Mapa de Pessoal para dois mil e vinte e cinco. Quanto aos processos de recrutamento: - O processo da

limpeza urbana estava concluído; no processo do eletricista, tinha havido um recurso hierárquico sobre a homologação da lista final que seria resolvido brevemente. Tinha ido a reunião de câmara a abertura de concurso para um motorista, um pedreiro, três serventes e um Assistente Técnico para apoio aos Órgãos Municipais (Reuniões de Câmara e Assembleia Municipal); o concurso para fiscal estava aberto, com algumas candidaturas em análise; no concurso para técnico SIG (Sistemas de Informação Geográfica), os candidatos não tinham satisfeito os requisitos mínimos exigidos para o cargo (dez valores). Aquele era o ponto de situação naquela data. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, questionando se os requisitos académicos obrigatórios, descritos no Mapa de Pessoal, para os lugares destinados à Biblioteca e Recursos Humanos (Licenciaturas), eram mesmo aqueles, ou haveria algum engano. Também pretendia saber, quem é que estava a desempenhar as funções de Fiscal. ----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que na prática, o Fiscal continuava a ser a mesma pessoa, assegurava aquele serviço, até que entrasse alguém para aquela função. Quanto às licenciaturas, era um erro que deveria ser corrigido. Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária e doze votos a favor dos Deputados do Partido socialista e Presidentes de Junta de Freguesia -----

PONTO 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO MODIFICATIVA N.º 1/2025 – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. ----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de uma revisão orçamental, com a injeção do saldo de gerência de dois mil e vinte e quatro, num conjunto de rubricas devidamente especificadas no documento. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, pretendendo o seguinte esclarecimento: o saldo de dois mil e vinte e quatro não tinha sido tão mau como o esperado, com um saldo bastante “simpático”. O que pretendia que fosse explicado era, qual a necessidade daquele saldo ter um investimento tão grande em despesa corrente e, nas despesas de capital serem coisas miúdas. Valorizava o investimento para a Capela de Santo António (Constância Sul), lamentando o facto de não se ter apoiado a Santa Casa da Misericórdia de Constância, na parte não participada, nas obras da Igreja da Misericórdia. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à Senhora



Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que algumas despesas tinham transitado para o presente ano, absorvendo parte das dotações orçamentais previstas, sendo necessário reforçar um conjunto de rubricas ao nível da despesa corrente. Quanto ao saldo de gerência; não tinha sido mais baixo, pelo facto de terem sido arrecadadas receitas no final do ano que não contavam receber, dando como exemplos: cento e sessenta e oito mil euros, do Centro Escolar de Montalvo; oito mil euros, da requalificação da Rua do Moinho de Vento e, cinco mil euros, do Cine Teatro. Todas somadas, apresentavam aquele valor não previsto naquela altura do ano. Quanto à Igreja da Misericórdia; não era verdade que a Câmara Municipal não tivesse apoiado as obras. Não tinha de memória o montante, mas tinha apoiado. O que não tinham apoiado, tinha sido uma solicitação posterior por parte da Santa Casa da Misericórdia, para um apoio suplementar. -----

Voltou a solicitar a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação Democrática Unitária, lembrando que na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado conhecimento que o Município tinha rejeitado cinquenta mil euros para obras do Cine Teatro. Tinha justificado, que aquele montante era demasiado baixo para as obras pretendidas e, por se sentir discriminado relativamente a outros Municípios comparticipados para os mesmos fins. Então, qual a razão, para que os referidos cinquenta mil euros constassem no documento, uma vez que tinham sido rejeitados. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, pretendendo ver clarificados os seguintes montantes: - Na despesa corrente, constavam dois valores, ambos para a promoção da saúde pública. Um valor de quinze mil euros, outro de cinco mil euros. Questionava, qual o fim a que se destinavam e, se tinham a ver com a transferência de competências na área da saúde. --- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU – Coligação democrática Unitária, referindo que os cinquenta mil euros constantes no documento, tinham a ver com a expectativa de poder vir a surgir algum tipo de apoio com aquela finalidade (Equipamentos para o Cine Teatro), e a rubrica estando aberta, seria apenas reforçada. Sobre a questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática unitária, os quinze mil euros, tinham a ver com os incentivos aos Médicos e, os cinco mil euros, tinham a ver com o Projeto “Bata Branca”. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da



Bancada da CDU - Coligação Democrática Unitária, e doze votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

PONTO 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CONSTÂNCIA – PARA DELIBERAÇÃO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Constância, era um plano que, numa situação de emergência, definia as linhas gerais de orientação e atuação de cada agente, de acordo com os planos regionais e nacionais para o efeito. Era um documento obrigatório, operacional, definindo as tarefas de cada um dos intervenientes no processo da proteção civil. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, começando por referir que se tratava de um documento bem elaborado. Os casos omissos tinham sido corrigidos, no entanto, não poderia deixar de mencionar que algumas exigências não tinham sido satisfeitas por falta de informação de algumas entidades que se deveriam pronunciar, transmitindo os seus planos e não o tinham feito, nomeadamente; a GNR, Centro de Saúde, Juntas de Freguesia, IPSS e outros serviços. Também não tinha conhecimento que existisse algum “esqueleto” a nível distrital, que pudesse servir de apoio, complicando ainda mais a elaboração de um Plano Municipal. Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada não dispunha de argumentos para votar contra o documento, quanto mais não fosse, o facto da reunião do Conselho Municipal de Proteção Civil, ter demorado apenas dezoito minutos, tal como constava na Ata e, na discussão pública, não ter havido contestações. Era um documento de difícil elaboração envolvendo muitas entidades, onde em tempo útil, nem todas tivessem prestado os seus contributos. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 7 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA 2023, CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA E A CÂMARA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um documento que, como era do conhecimento de todos, a Câmara Municipal celebrava todos os anos um Contrato Programa com o Centro de Ciência Viva de Constância, assumindo aquela entidade a obrigatoriedade de entregar um Relatório de execução anual, justificativo do subsídio à exploração que lhe tinha sido concedido. -----
Não havendo questões e sendo o documento apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 8 – ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA 2024, CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE CONSTÂNCIA E A CÂMARA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 9 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia os seguintes esclarecimentos: -
Constava no documento, uma reunião com a Senhora Diretora da Celulose do CAIMA, pretendia saber se aquela reunião tinha a ver com a dívida já referida na presente Assembleia, no “Período Antes da Ordem do Dia”. Na informação relativa à Ação Social, pretendia saber se já era possível quantificar o número de beneficiários do Cartão abem (Rede solidária do Medicamento), assim como, dos beneficiários SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social). Também pretendia saber se existiam muitos beneficiários em contrato CEI+ (Contratos de Emprego Inserção) e se o número tinha aumentado em termos de pedidos de Rendimento Social de Inserção. Uma vez que já estava implementado o Projeto RADAR SOCIAL (Pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou risco de pobreza e exclusão social), qual o ponto de situação e quais as intervenções em curso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão da reunião com a



Senhora Diretora da CAIMA, referindo que se tinha tratado da apresentação do novo Diretor. Quanto à questão do RADAR SOCIAL; a equipa já tinha feito o diagnóstico social do Concelho, apresentado e votado na reunião do CLAS (Conselho Local de Ação Social) na última terça-feira. Aquele diagnóstico tinha um levantamento do panorama social, demográfico e económico do Concelho, assim como, um conjunto de medidas e metas a atingir. Quanto às outras questões sociais, solicitou autorização para passar a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, detentora daquele pelouro, para responder. -----



No uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, começou pelo “Cartão abem”, referindo que naquele momento, existiam treze beneficiários ativos, tendo havido um decréscimo bastante acentuado, decorrente do novo CSI (Complemento Solidário para Idosos), uma vez que, quem o tinha, estava isento do pagamento de medicamentos. No SAAS, estavam a ser acompanhadas cento e oito agregados. Quanto ao RSI, existiam vinte e quatro processos ativos. -----

Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária para questionar, se, cruzando os dados que tinham com o diagnóstico, já seria possível fazer um resumo das problemáticas mais significativas. -----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para referir que o documento apontava várias fragilidades; pessoas que viviam muito isoladas ou sozinhas, famílias com grandes dificuldades económicas, habitações degradadas e muitíssimos mais aspetos relevantes. Quando o documento estivesse disponível, tornar-se-ia mais fácil analisá-lo e questioná-lo. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que estavam mencionados no documento, trabalhos na ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) de Montalvo, relacionados com a manutenção corretiva. A questão que pretendia colocar era a seguinte: - Tendo em atenção a documentação que lhe tinha sido disponibilizada, pretendia saber se tinham sido removidas as lamas, e se a intervenção ocorrida, tinha colocado a ETAR a funcionar corretamente. E ainda, se o resultado das análises, já cumpriam com os requisitos legais. Uma outra questão, prendia-se com um eventual plano de manutenção da ETAR; questionando se existia ou estava contratada alguma empresa, para um plano de manutenção, ou se continuava a ser feito pelos recursos camarários. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Marques Moura dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que a ETAR de Montalvo estava em pleno funcionamento,

tendo sido retiradas as lamas por uma empresa externa e com o destino adequado. Sobre o acompanhamento da manutenção, continuava a ser da responsabilidade da Autarquia, através da Engenheira do Ambiente que acompanhava todos os trabalhos, fazendo a respetiva monitorização e as visitas que entendia por necessárias. Quanto às análises, a ETAR estava a funcionar em pleno há cerca de duas semanas, não havendo ainda resultados concretos. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 10 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, pretendendo apresentar dois assuntos; um, era apenas um comentário, o outro, uma questão concreta. Quanto ao comentário, tinha a ver com a intervenção do Senhor Arsénio Cristóvão, no período destinado à intervenção do público, sobre os toalhetes, ou falta deles, no Ginásio Municipal. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha utilizado a expressão que, tinha aberto um “Inquérito pedagógico” por, nas suas palavras, ter existido falta de pro-atividade. Significava pelo seu entendimento, que alguém não tinha sido pró-ativo. Tratando-se em sua opinião, de um Inquérito pedagógico muito caro, colocar um Advogado a tratar daquele assunto, ficando bastante dispendioso para a autarquia. Quanto à questão que pretendia apresentar; questionava se já tinham sido feitos os levantamentos, no âmbito da transferência de competências na saúde, das reparações necessárias no Centro de Saúde de Constância, assim como, nas Extensões de Saúde do Concelho. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre uma frase que tinha proferido, relacionada com os serviços prestados pela Caixa Geral de Depósitos em Constância. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dito que Constância não iria perder serviços, contudo, os funcionários daquela instituição bancária estavam a informar que o serviço de tesouraria estaria apenas aberto em Tomar e Abrantes. Questionava, se aquela situação era do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal e quais as medidas a tomar. Solicitava ainda, que lhe fosse facultado, o protocolo entre a CAIMA e o Município, respeitante aos setenta e cinco mil euros. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária começando pela questão do

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten initials "TM" in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

empenhamento do Advogado no processo de inquérito. Referiu que o Advogado tinha um contrato de prestação de serviços com o Município, não havendo nenhum acréscimo monetário pelo facto de ter aquele processo em mãos. Quanto aos levantamentos a fazer no Centro de Saúde de Constância e nas Extensões de Saúde de Santa Margarida da Coutada e de Montalvo, recordou, que tinham duas candidaturas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) a aguardar despacho. Lembrou que, já tinham sido feitas algumas intervenções na Extensão de Saúde de Santa Margarida da Coutada, nomeadamente, a substituição do equipamento informático e iluminação interior. Estavam a ser desenvolvidos procedimentos para as pinturas interiores e exteriores do edifício e substituição de caixilharia, o mesmo acontecendo com o Centro de Saúde de Constância. Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando pela questão da Caixa Geral de Depósitos, o que lhe tinham transmitido nas reuniões com aquela entidade, era que o serviço de tesouraria funcionaria com uma máquina, e dois funcionários no auxílio às pessoas menos familiarizadas com aquele tipo de operações. Lembrou ainda, que se tratava de um processo a nível Nacional, não sendo possível demover a Caixa Geral de Depósitos daquele propósito. Assim sendo, era preferível ter aquele serviço, que não ter serviço nenhum. Quanto ao protocolo com a CAIMA, tinha tomado nota e providenciaria o seu envio. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia voltar à questão da falta de papel higiénico e toalhetes no Ginásio Municipal. Em seu entender, aquela reposição deveria estar automatizada entre os serviços do Município. Caso semelhante se passava na piscina, com os suportes dos chuveiros frequentemente danificados, assim como, os secadores raramente funcionarem. Desconhecia se haveria algum documento escrito em termos de procedimentos internos, que responsabilizasse alguém nos reportes daquelas falhas ou anomalias. Não havendo ou não funcionando, poder-se-ia cair no exagero de frequentemente serem abertos processos de inquérito. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que o assunto tinha a ver com as roturas de água nas condutas, na zona da Portela, Enxertal, Cardal e Constância Sul. Lembrou, que a sua Bancada tinha em Assembleias anteriores, questionado se o problema não estaria na válvula existente na Rua dos Fundadores da Sociedade Recreativa Portelense. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que o canalizador já tinha verificado aquela válvula e não tinha encontrado nada de anormal no seu funcionamento, no entanto, continuaria a fazer a sua

monotorização. A questão que colocava, era saber se a avaria tinha sido detetada pela monotorização por parte do canalizador ou, se tinha sido pela empresa da especialidade, através do teste hidráulico. A válvula tinha sido substituída e pelos vistos, a avaria era mesmo ali e no dia nove de janeiro a situação tinha ficado normalizada. Concluía, referindo que para si, o mais significativo tinha sido a diminuição das roturas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começando por referir que em seu entender, tinha havido falta de empenhamento no processo da Caixa Geral de Depósito, para que fosse evitada a perda de serviços de proximidade daquela instituição no Concelho de Constância. A sua Bancada, vinha desde há algum tempo a alertar para a situação, tendo inclusive apresentado uma Moção sobre o assunto em fevereiro de dois mil e vinte e dois, aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal. Recentemente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha informado que a Caixa Geral de Depósitos iria sair do edifício atual e que o Município lhe iria ceder o edifício onde estava a funcionar o Espaço do Cidadão (Não tendo referido as condições). Tinha inclusive garantido, que o Concelho não iria perder aqueles serviços. Afinal, o que constatavam, era que a dita máquina já estava, ou iria estar na Caixa Geral de Depósitos. Tinha conhecimento, que os funcionários ainda lá permaneciam para ajudar as pessoas nas operações, no entanto, quando transitassem para o novo espaço, só estariam dois funcionários. Também era do seu conhecimento, que nos assuntos que não fosse possível serem tratados na máquina, as pessoas teriam que se deslocar a Abrantes ou, a outra agência. Lembrou ainda, que as pessoas da Freguesia de Santa Margarida da Coutada já tinham perdido os serviços nas agências do Campo Militar e, no Multibanco instalado na Junta de Freguesia, era frequente não haver dinheiro disponível. O que naquele momento sentia eram três coisas: - A primeira, era que o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordava com aquelas medidas, cedendo ou obedecendo a forças exteriores; a segunda, não tinha mobilizado a população para uma reunião, tal como tinha feito para o açude e por último, que tinha ficado de braços cruzados, perante os argumentos da instituição CGD de que se tratava de uma medida nacional não havendo nada a fazer. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU - Coligação Democrática Unitária. No respeitante aos chuveiros e secadores na Piscina Municipal, tinha tomado boa nota do assunto e iria ordenar aos serviços para que fosse feita uma verificação. Sobre as questões apresentadas pelo Senhor Deputado

Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU - Coligação Democrática Unitária; referiu que existiam duas válvulas redutoras de pressão no lugar da Portela, uma, junto aos lavadouros, e outra, próxima da casa do Senhor Romeu. A válvula redutora que se encontrava próxima dos lavadouros, tinha tido o manómetro avariado, tendo sido substituída a válvula completa, e a válvula junto à casa do Senhor Romeu, tinha sido apenas regulada após o estudo hidráulico, reduzindo-lhe a pressão. Deu nota, que após aquelas intervenções, as roturas de água tinham deixado de acontecer. Para responderem integralmente ao preconizado no estudo hidráulico, estavam num processo de aquisição, uma válvula sustentadora de pressão para o depósito do Enxertal e uma válvula redutora de pressão, para ser colocada junto ao cruzamento da Rua Nova com a Rua do Cardal. Também já tinham adquirido o projeto à empresa especializada naquela área, para a condução gravítica de Vale de Mestre até à Sociedade Recreativa Portelense. Aquelas eram as medidas imediatas apontadas pelo referido estudo. Quanto às questões referidas pela Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU - Coligação Democrática Unitária, começou por referir que não entendia a expressão de “ceder às forças exteriores”. Nunca tinha permitido nem permitiria quaisquer interferências exteriores, políticas ou outras, que lhe impusessem qualquer medida. As suas decisões enquanto Presidente da Câmara Municipal, visavam apenas e só, os interesses do Concelho. Sobre outras considerações feitas, respeitava-as não se revendo nelas. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU - Coligação Democrática Unitária, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se estava a pensar em tomar algumas medidas que pudessem reverter a situação da Caixa Geral de Depósitos, sabendo que em Abrantes e Tomar, os serviços de tesouraria manter-se-iam com funcionários. -----

Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que tencionava enviar uma carta à instituição Caixa Geral de Depósitos, dando nota das suas preocupações e descontentamento dos munícipes com as alterações previstas. Não poderia de momento prometer outras medidas evitando criar falsas expectativas nas pessoas. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida colocou a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam

produzir efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e quatro horas. -----

A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,

António Luís Fernandes Figueira

Filipe Amante

MARIA TEREZA BAPTISTA DE OLIVEIRA

Assembleia Municipal de Constância

Sessão de 28 de Fevereiro de 2025

Assunto: 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social

Voto de Saudação

Na passagem do dia internacional da mulher os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Constância saúdam as mulheres que vivem, trabalham ou estudam no nosso concelho, as mulheres que participam no pulsar da vida local – Associações e colectividades de cultura e recreio, na música, no teatro, no desporto, nos bombeiros, na Santa Casa da Misericórdia, nas forças de segurança, na saúde, nas escolas entre outras entidades e organizações sociais;

Uma saudação às trabalhadoras da câmara municipal e das juntas freguesias, que nas diversas áreas de intervenção contribuem para garantir a prestação de serviço público que garante o funcionamento da vida do concelho. Saudação, que naturalmente, se estende às eleitas nos diversos órgãos autárquicos.

Assinalar o Dia Internacional da Mulher é prosseguir com o simbolismo desta data que, desde 1910, se transformou num símbolo da luta das mulheres em todo o Mundo pelos direitos das mulheres, justiça social e pela Paz.

Em Portugal, num tempo em que era proibida a sua comemoração, as mulheres assumiram esta data como um símbolo de luta pelo derrube do fascismo, contra a guerra, por melhores salários e condições de vida dignas, pela liberdade e por direitos.

Desde a primeira comemoração em liberdade e democracia - 8 de Março de 1975, até aos nossos dias, o Dia Internacional da Mulher tem sido uma oportunidade para dar voz às mulheres na sua exigência de igualdade no trabalho, na família e na sociedade nos 365 dias do ano.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Constância afirmam o seu compromisso:

-Para com a valorização da participação das mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às desigualdades e discriminações e pela limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na maternidade, no acesso a cuidados de saúde, em particular na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto.

-Na exigência de responsabilidade do Estado no reforço de recursos humanos, técnicos e financeiros para que os serviços públicos – centros de saúde, hospitais, escolas, universidades, forças de segurança, polícia criminal, Ministério Público e serviços de segurança social – possam concorrer para a eficácia dos instrumentos legais de prevenção da violência doméstica, de adequada protecção das vítimas e de uma efectiva intervenção com programas dirigidos aos agressores para prevenir e combater a reincidência desta grave prática social.

A ser aprovada, este voto deve ser enviado:

- À CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Ao Ministério da Juventude e Modernização;
- Secretária de Estado Adjunta e da Igualdade
- À Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IM; e UGT;
- Às estruturas e forças vivas do Concelho
- À comunicação social regional

Constância, 28 de Fevereiro de 2025

Os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária

Júlia Amorim
Rosário Martins
Ângela Grilo
Joaquim Santos

José António Pereira
Joaquim José Moura Marques dos Santos
Ângela Grilo

Assembleia Municipal de Constância
Sessão de 28 de Fevereiro de 2025

Assunto: Encerramento da Tupperware

Voto de Solidariedade e Recomendação

Foi com tristeza e muita preocupação que assistimos ao encerramento da fábrica da Tupperware instalada desde 1980 na freguesia de Montalvo e que levou ao despedimento de cerca de 200 trabalhadores do nosso concelho e de concelhos limítrofes.

Neste momento difícil, manifestamos total solidariedade para com os trabalhadores e respectivas famílias, fazendo votos para que regressem rapidamente ao mercado de trabalho assim como rapidamente recebam tudo a que têm direito.

Não desvalorizando a preocupação do impacto negativo destes despedimentos na economia local e regional bem sabemos que o desemprego é um dos acontecimentos que mais afecta a saúde física, psicológica e social do trabalhador muitas vezes com consequências negativas irreversíveis na alteração do seu modo de vida.

Recomenda-se pois, que a câmara municipal através dos respectivos serviços de acção social e do Gabinete de Inserção profissional elabore um plano de intervenção com medidas concretas e de concretização imediata e que não se fique e passo a citar o senhor Presidente da Câmara: "a Câmara Municipal e os seus serviços estão disponíveis para ajudar e apoiar os trabalhadores dentro daquilo que for possível".

Insistimos mais uma vez que a expansão da zona industrial e a captação e fixação de empresas é um imperativo municipal urgente e inadiável.

Constância, 28 de Fevereiro de 2025
Os eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária

Júlia Amorim
Rosário Martins
Ângela Grilo
Joaquim Santos

Júlia Amorim
Rosário Martins
Ângela Grilo
Joaquim José Moura Marques dos Santos

Assembleia Municipal de Constância
Sessão de 28 de Fevereiro de 2025

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assunto: 100º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância - Voto de Congratulação e Recomendação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância completa 100 anos no próximo dia 6 de Maio.

Se por diversas ocasiões a câmara municipal distinguiu esta Associação como forma de reconhecimento pelo espírito de missão em prol do trabalho humanitário que desenvolve desde 1925, a comemoração do seu centésimo aniversário deverá revestir-se de solenidade e expressão colectiva de gratidão da comunidade pelo trabalho desenvolvido pelas sucessivas direcções e comandos, funcionários e de uma forma muito especial aos homens e mulheres que ao longo de 100 anos de história constituíram o corpo activo.

Assim, os eleitos da CDU na sessão da Assembleia Municipal, reunida a 28 de Fevereiro de 2025 propõem um voto de congratulação pelo Centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância e recomendam à Câmara municipal que se associe às comemorações através de apoio logístico e financeiro condigno que dignifique o festejo de um século de existência desta associação.

Caso seja aprovado deverá ser dado conhecimento

- À Direcção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância
- Ao Comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância
- À Liga dos Bombeiros Portugueses
- À Comunicação Social Regional

Constância, 28 de Fevereiro de 2025

Os eleitos da CDU- Coligação Democrática Unitária

[Handwritten signatures]
Júlia Amor
Joaquim José Moura Marques dos Santos
Ferreira José Martins
Ângela Gêilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA, 28 DE FEVEREIRO 2025

Questões a colocar:

1 – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Na rua da relvinha existem dois ramais de iluminação pública a funcionar entre o CEM e a rotunda que dá acesso à EN3.

Uma, a originária, com apoios em betão e cabo aéreo, e a outra em cabo subterrâneo, colunas metálicas e lâmpadas LED, construída de acordo com o projeto da construção do CEM e da urbanização ali existente.

Face ao que acabo de anunciar pergunto:

1.1 - A situação atual e que já dura à três anos, com custos a duplicar para o município em termos do consumo de energia elétrica, é para se manter?

1.2 – Caso não o seja, a autarquia já desenvolveu contactos com a E-Redes tendo como objetivo eliminar o troço em questão?

Porque o assunto está associado ao CEM, pergunto para quando a colocação de sinalética na freguesia de Montalvo, informando o local onde se situa a infraestrutura em causa?

2 - GINÁSIO MUNICIPAL

Durante dois meses o ginásio municipal, e as instalações sanitárias adjacentes, estiveram privadas de toalhetes, impedindo desse modo que a limpeza dos aparelhos do ginásio e das mãos fosse feita.

Ao longo do tempo referido anteriormente, fui questionando os funcionários em serviço, o porquê da falta de toalhetes e para quando o restabelecimento da situação.

A resposta foi sempre a mesma, **que o material tinha sido requisitado, aguardando que o mesmo chegasse.**

Não resignado com a situação entendi publicar no Facebook a anomalia existente no ginásio municipal no dia 15.01 do presente ano, e para meu espanto, no dia seguinte 16.01 os toalhetes apareceram no ginásio.

O problema estava resolvido. No entanto a situação deixou-me preocupado ao verificar que foi necessário recorrer a um órgão social para que um problema com mais de dois meses fosse resolvido num dia.

A juntar a tudo isto, e como reparo, custa-me acreditar que o senhor vereador Pedro Pereira, utente assíduo do ginásio municipal, não tenha verificado a inexistência dos toalhetes.

É conversa de rua que a situação reportada, possivelmente vai vitimizar algum ou alguns dos seis funcionários que estiveram perante o advogado expondo-se a uma situação que na minha opinião poderia ter sido resolvido pelo senhor presidente do executivo, porque tem ao seu dispor uma ferramenta de trabalho (MY DOC) que lhe permite saber onde parou o processo, evitando sujeitar seis trabalhadores a uma situação vexatória



Aliás não é virgem a forma agora encontrada pelo senhor presidente da Câmara, para a resolução do assunto em causa, que o diga o ex- Chefe de Divisão Eng.º Jorge Heitor, que ao defender os interesses da autarquia, perante alguém que desrespeitou o que está instituído no município, viu ser-lhe movido um processo disciplinar, apesar de durante trinta e cinco anos sempre ter envergado a camisola da autarquia enquanto Chefe de Divisão, retirando-lhe com essa decisão, todas as condições para continuar com o cargo que desempenhava, levando-o a solicitar a demissão do cargo que exercia, tendo no entanto a noção, que sempre foi um técnico dedicado, trabalhador e honesto, lamentando no entanto, que a situação criada coloque no seu palmarés uma mancha negra, que só possível por falta de bom senso, autoridade e liderança.

Um dia, em amena cavaqueira, um conhecido empresário, pessoa com larga experiência de vida, dizia-me; **"Nunca durante a minha vida despedi algum trabalhador, criava isso sim, condições para que fossem os mesmos a fazê-lo."**

Durante os seus mandatos, tem-se verificado uma debandada de funcionários da autarquia para outros locais de trabalho, também da função pública, sejam eles técnicos superiores, assistentes técnicos ou operacionais.

Senhor Presidente, será que esta situação não estará inteiramente ligada à forma como encara, trata e resolve problemas onde estão envolvidos funcionários da autarquia?

2.1 - AULAS DE GRUPO

Relativamente às aulas de grupo, concretamente o cycling, a situação passou a ser caótica, a partir do momento em que a professora Cleide abdicou de dar aulas.

Quando se estabeleceu contrato com as monitoras, militares de profissão, para dar o cycling, no início e durante algum tempo a situação estabilizou. Com o andar do tempo entrou-se em rutura por falta das monitoras, ou por problemas de saúde ou, sendo militares, estarem de serviço.

A resolução da situação na minha opinião, passa por acertar com a Hobbyvida o pagamento, não de 10€ por hora, mas aproximar-se dos preços praticados nos ginásios limítrofes que oscilam entre os 15 e os 20€, e desta forma as aulas de grupo constantes no contrato seriam cumpridas.

Tive oportunidade de oscular técnicos que prestam serviço no ginásio municipal, que se disponibilizam para colmatar as faltas das monitoras às aulas de cycling, caso lhes sejam pago 15€ por hora.

Deixo esta dica, esperando que a situação se normalize o mais rapidamente possível, porque se assim não for o ginásio perderá utentes, principalmente aqueles que optam pela modalidade mencionada.

Tenho dito.

Obrigado

Arsénio Cristóvão

ff
Cule
TM